



Mineração em alta!

Indústria mineral segue acumulando bom desempenho no Brasil. Nos três primeiros meses deste ano, conforme dados do IBRAM, o setor alcançou R\$ 68 bilhões de faturamento — um aumento considerável frente aos R\$ 54,6 bilhões registrados no mesmo período de 2023



Foto: Igor Vieira/Nacab

Parece bonito, mas é mortal

Ela Lima é ativista do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que discute a extração mineral no Brasil em uma perspectiva popular. A luta do MAM teve início em 2012, no estado do Pará, no enfrentamento ao Projeto Grande Carajás da Vale. Atualmente, o grupo defende a proteção às comunidades próximas às minerações, além de uma relação responsável dessa indústria com o meio ambiente.

A imagem parece ser de um lago de águas azuis em meio à mata. Engano: essa é a barragem de rejeitos do Projeto Minas-Rio, de exploração de minério de ferro, da Anglo American, no município de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, em sua terceira fase de expansão, que prevê o aumento da mesma, que hoje possui capacidade de 167 milhões de metros cúbicos, de acordo com o Plano de Ação de Emergências para Barragem de Mineração (PAEBM). Como comparação, a barragem que rompeu em Mariana ocasionou o vazamento de 56 milhões de metros cúbicos de rejeitos, e a de Brumadinho, 12,7 milhões.

Abaixo da barragem estão as comunidades de Passa Sete, Água Quente e São José do Jassém, que estão em fase de negociação sobre o reassentamento de aproximadamente 300 famílias. A distância dessas comunidades até a barragem é medida pela quantidade de minutos que a lama demoraria a chegar nas casas em caso de rompimento: 3 minutos, 5 minutos, 10 minutos.

Essas populações só foram reconhecidas como atingidas após mais de dez anos de luta, a partir de uma sentença judicial que determinou o reassentamento das comunidades

em Zona de Autossalvamento (ZAS). A rotina destas comunidades inclui a prática de simulados de emergência, mesmo sabendo não haver salvamento possível em caso de emergência, com acionamento de sirenes, deslocamentos para pontos de encontros e um sem número de reuniões, cadastramentos, medições, visitas técnicas. A população se encontra adoecida, angustiada, insegura. E mais que tudo, cansada.

No dia 2 de maio, aconteceu a segunda rodada de negociação do Plano de Reassentamento (PR) destas comunidades. A primeira proposta apresentada pela empresa foi considerada violadora de direitos básicos e não foi aceita. Com a assessoria técnica do Núcleo de Assessoria das Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab), as comunidades elaboraram um Plano de Reassentamento Coletivo (PRC), por determinação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

“As contradições da política de reassentamento dos atingidos por barragem em Conceição do Mato Dentro”

O PRC foi elaborado em processo participativo, com muita discussão, onde os moradores tiveram a oportunidade de colocar suas condições para o reassentamento, já que estão sendo forçados a deixar o território onde nasceram, cresceram e construíram tudo o que têm. Esse plano, por sua vez, foi rejeitado pela empresa.

A Anglo American então apresentou um novo PR. A reunião aconteceu na escola do distrito de São José do Jassém, com a presença e participação massiva dos moradores. Funcionários uniformizados explicaram durante uma hora os critérios utilizados na proposta, com projeções de imagens e apresentação de números. Tudo muito bonito, se não fosse trágico.

A empresa disponibilizou o PR para leitura dos moradores com dois dias de antecedência e a apresentação omitiu ou passou de forma incompreensível informações essenciais para uma análise adequada por parte dos moradores. As comunidades terão que tomar suas decisões em meio a um mar de incertezas. Em troca, a Anglo American, que teve 15% do seu capital comprado recentemente pela Vale, irá se apropriar de uma infinidade de terras. Parece bonito, mas é mortal.

EDITORIAL

O lucro bilionário da Vale e as migalhas compensatórias

A palavra crise não existe no dicionário das grandes mineradoras. O faturamento do setor ostentou um crescimento de 25%, em apenas um ano (2023/2024). Esse percentual significa um salto de R\$ 54,6bi para R\$ 68 bi. Esses valores, de tão imensos, chegam a ser inimagináveis para a maioria da população.

O lucro exorbitante, porém, camufla uma dura realidade: a séria degradação ambiental causada pela extração mineral. As cidades mineradoras são as principais vítimas da indústria extrativa. Itabira é o símbolo maior dessa situação. Nesse contexto, a Vale produz o caos. A perturbadora poluição atmosférica ocasiona um dramático quadro de saúde pública, pois um percentual considerável de itabiranos sofre com doenças respiratórias.

E mais. Acrescentem-se, a tudo isso, as surrealistas detonações nas áreas das minas. Essas eventuais ocorrências abalam as estruturas de imóveis, inclusive os casarões tombados pelo patrimônio histórico. E pior. O abastecimento de água é o mais sério problema da cidade nos dias atuais. A qualidade (e quantidade) do precioso líquido é muito afetada pela mineração.

Nada compensa os danos causados ao meio ambiente e à sociedade. O prejuízo é irreversível. As ex-montanhas que circundam a cidade são impassíveis testemunhas dessa tragédia.

Alguns incautos imaginam que a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) atenua esses estragos. Não tem cabimento. O tributo é uma ninharia diante da fabulosa arrecadação da empresa. O ganho da antiga estatal atingiu a astronômica cifra de R\$ 39,940 bi, no ano passado. Já o recurso compensatório injetou cerca de R\$ 255,640 mi nos cofres públicos do município, em 2023. Essa quantia tornou-se irrelevante frente a enorme receita da mineradora. E existe um “claro enigma” nesse emaranhado de números. A velha CVRD foi vendida pela bagatela de 3,3 bi, há 27 anos.

EXPEDIENTE

DeFato

Diretor Administrativo
Thiago Jacques
thiago@defatoonline.com.br

Gerente Comercial
Rachel Furtado
rachel@defatoonline.com.br

Redação
Mariana Ribeiro,
jornalismo@defatoonline.com.br

Editorial
Fernando Silva

Editores de Jornalismo
Fernando Silva
Gustavo Linhares

Fotos Capa
Principal: Gustavo Linhares/DeFato Online
Entrevista: Léo Lara

Gerente de Produção
Marina Colombo
opec@defatoonline.com.br

Gerente Financeiro
Cleise Martins
financeiro@defatoonline.com.br

Diagramação
Sônia Oliveira - Ponte Propaganda
gerencia@pontepropaganda.com.br

Impressão:
Gráfica Pinus

“Nós temos que ter uma visão estratégica de um produto que é finito”, afirma presidente da AMIG

José Fernando Aparecido de Oliveira comentou discussões sobre a reforma tributária, mineração na Serra da Serpentina e a alta arrecadação da CFEM em Minas Gerais

Foto: Léo Lara

Filho e herdeiro político de José Aparecido Oliveira — que foi ministro da Cultura, governador do Distrito Federal e embaixador —, José Fernando Aparecido de Oliveira, ou apenas Zé Fernando, responde atualmente pela presidência da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG). Ele também é prefeito de Conceição do Mato Dentro, município que está entre os principais centros de mineração do País.

Gostaria que você me atualizasse sobre o trabalho que a AMIG está desempenhando neste momento.

A AMIG contratou a UFMG, através do Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas), e também a Faculdade de Direito com os tributaristas para a gente analisar na prática o que vai acontecer com as cidades mineradoras, tendo em vista a reforma tributária, sobretudo naquilo que concerne a extinção do ICMS e do PAF (Plano Anual de Financiamento).

Os estudos do Cedeplar e da UFMG mostraram uma queda gigantesca de arrecadação nessa rubrica do ICMS. Então, nós estamos fazendo uma mobilização em Brasília para tentar reverter essa situação.

Tem alguma data para a próxima reunião?

Não, mas nós temos uma agenda com o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Em relação à mineração na região, a Anglo American fechou um acordo com a Vale para extrair mi-

“Nós temos que começar a criar mecanismos para fazer um desenvolvimento industrial do nosso minério aqui dentro do Brasil”

“Ter uma cadeia produtiva aqui dentro do Brasil, gerador de emprego e renda, e de desenvolvimento industrial”

nério de ferro na Serra da Serpentina, em Conceição do Mato Dentro. Como você avalia essa exploração e o sistema Minas-Rio em geral?

Eu acho positiva, porque nós vamos ter duas empresas trabalhando aqui no município, duas gigantes da mineração trabalhando aqui no município. Então vai ser feita de uma forma mais planejada, mais organizada, e visando a longevidade das atividades.

E com relação aos impactos causados nas comunidades?

Os impactos precisam ser mitigados. Aqui em Conceição, um município que é considerado a capital mineira do turismo, tem belezas naturais que são referências não só para Minas como para o Brasil.

Recentemente, o IBRAM divulgou os dados relativos ao primeiro trimestre de 2024. O levantamento mostrou que houve um aumento de 25% no faturamento da mineração do Brasil. A que você atribui esse aumento?

Eu atribuo à necessidade do mundo do consumo de minério. Principalmente a China.

Apesar do aumento, o presidente do IBRAM, Raul Jungmann, cita ações que podem prejudicar a prática da mineração no Brasil. Uma delas é a criação de alguns projetos de lei a nível federal que flexibilizam garimpo em unidades de conservação. Qual o posicionamento da AMIG sobre a exploração mineral em áreas preservadas e esses projetos de lei que facilitam a prática?

Precisa ser feito de caso a caso. Não podemos generalizar essa questão como um todo.



Além de presidente da AMIG, José Fernando também é prefeito de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais

Você pode citar um exemplo, um caso específico?

A Serra do Curral.

Você acha que é positivo ou negativo na Serra do Curral?

Eu acho que é negativo. A Serra do Curral é um monumento que precisa ser preservado. O entorno de Belo Horizonte contém grandes mananciais de água de abastecimento para a capital e, sobretudo, na sua expansão. Esse caso não é positivo.

Ainda de acordo com esses dados, Minas Gerais é o estado que mais arrecadou CFEM no último trimestre. Levando em conta a queda que muitas prefeituras sofreram no ano passado, você acredita que essa arrecadação pode contribuir para estabilizar financeiramente esses municípios?

Acredito que sim, mas nós temos que fazer uma reflexão, sabendo que a CFEM brasileira é, ainda, a mais baixa CFEM do mundo, tendo países como Austrália e Canadá como referência — os dois grandes players, os dois grandes competidores do Brasil lá fora.

Então, não criaria muito impacto?

É positivo o aumento da arrecadação. Nós já tivemos um ganho muito grande com a medida pro-

visória 789, que virou a lei 340, aumentando a CFEM. Mas mesmo assim ela continua abaixo do Canadá e da Austrália.

Nós temos que começar a criar mecanismos para fazer um desenvolvimento industrial do nosso minério aqui dentro do Brasil — e não exportar minério in natura para desenvolver a indústria da China e de outros países. Na China, se eu quiser comprar, eu tenho isento o ICMS. Ou seja, é muito mais interessante eu montar uma siderúrgica na China do que no Brasil.

De que maneira você acredita que isso pode ser feito?

Através de incentivos. Porque, por exemplo, se eu quero produzir aço no Brasil, eu compro minério e tenho que pagar ICMS em cima desse minério.

Você teria mais alguma coisa a acrescentar com relação a esses temas que foram abordados?

Nós temos que ter uma visão estratégica de um produto que é finito. Ter uma cadeia produtiva aqui dentro do Brasil, gerador de emprego e renda, e de desenvolvimento industrial. Eu quero terminar com a célebre frase do Arthur Bernardes, que é “minério não dá duas safras”.

Mineração brasileira aumenta 25% em meio a projetos de garimpo ilegal e taxações, aponta IBRAM

Dados foram apresentados pela diretoria do IBRAM em uma coletiva de imprensa

Foto: Gustavo Linhares/DeFato Online

O primeiro trimestre de 2024 trouxe resultados mais positivos à indústria da mineração. Os dados foram apurados pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e divulgados pelo seu diretor-presidente, Raul Jungmann, no dia 2 de maio. No entanto, o dirigente aponta iniciativas que podem causar prejuízos ao setor.

Em comparação ao primeiro trimestre do ano passado, o faturamento cresceu 25%, passando de R\$ 54,6 bilhões para R\$ 68 bilhões. Mas, conforme o dirigente, “nem todos enxergam os muitos benefícios do setor mineral, tanto que nota-se um esforço na direção errada, a de prejudicar ao invés de estimular esta indústria”, avalia Jungmann.



No primeiro trimestre de 2024, o faturamento da indústria da mineração chegou a R\$ 68 bilhões

“Nota-se um esforço na direção errada, a de prejudicar ao invés de estimular esta indústria”, avalia Jungmann.

Um dos perigos são os projetos de lei que tramitam no Câmara dos Deputados e no Senado Federal que flexibilizam o garimpo em áreas preservadas. Entre os dados apresentados na coletiva de imprensa, está o aumento de 300% do garimpo

em unidades de conservação somente entre o período de 2010 a 2020.

De acordo com Raul Jungmann, outras iniciativas que têm potencial para proporcionar prejuízos à indústria da mineração são a criação

de taxas supostamente para fiscalizar a atividade por estados e municípios; o novo imposto seletivo de 1% a incidir sobre a mineração; e fundos estaduais para incidir sobre mineração e outros setores exportadores.

Produção e geração de emprego também têm alta

De acordo com os dados apresentados pelo IBRAM, as exportações de minérios cresceram 18,3% em dólar e 11,3% em toneladas — já as importações declinaram 31% em dólar. O recolhimento de tributos e encargos sobre minérios cresceu cerca de 24%, o que equivale a R\$ 23,3 bilhões.

O minério de ferro responde pela maioria da produção mineral no Brasil, com 64,2% do total. Essa produção equivale a R\$ 43,9 bilhões.

Em termos de empregos, a indústria da mineração fechou

março com mais de 214 mil postos de trabalho diretos, com a criação de quase 4 mil novas vagas de novembro de 2023 a março deste ano.

“O minério de ferro responde pela maioria da produção mineral no Brasil, com 64,2% do total. A produção equivale a R\$ 43,9 bilhões.”

Foto: Divulgação/Ibram



De novembro do ano passado até março deste ano foram gerados 214 mil empregos diretos no setor mineral

Minas Gerais lidera a arrecadação de CFEM no Brasil

O minério que mais se destacou foi o ferro, seguido pelo cobre

Foto: Divulgação/Ibram

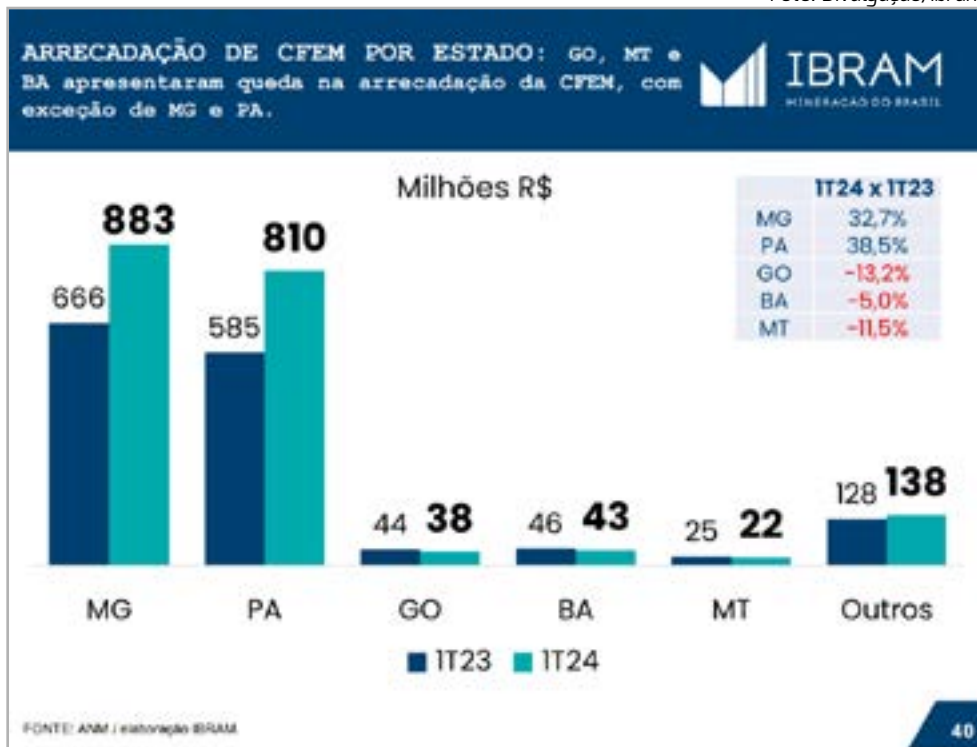
Segundo um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Minas Gerais é o estado brasileiro que mais arrecada a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Os números são relativos ao primeiro trimestre de 2024.

Os dados coletados pela Agência Nacional de Mineração (ANM) também mostram que a arrecadação cresceu no estado em relação ao mesmo período de 2023. O segundo estado que mais arrecadou o imposto foi Pará.

De maneira geral, o recolhimento no País passou de R\$ 1,5 bilhão para

R\$ 1,9 bilhão na comparação entre o primeiro trimestre de 2024 e o de 2023. Quanto ao minério, 79% da arrecadação de CFEM está relacionada ao ferro, totalizando R\$ 1,5 bilhão. Em seguida, vem o cobre com R\$ 96 milhões.

“79% da arrecadação de CFEM está relacionada ao ferro, totalizando R\$ 1,5 bilhão. Em seguida, vem o cobre com R\$ 96 milhões”



Minas Gerais, Pará, São Paulo e Goiás registraram alta no faturamento. Bahia e Mato Grosso tiveram queda

Itabira segue em frente sem deixar ninguém para trás

Revitalização de praças

Programa Desenvolve

Esporte para todos e todas!

Programa Gastronomia Social

Jovem Atletas Paralímpicos

Agora é realidade

Itabira Social Júnior

www.itabira.mg.gov.br

Projetos de lei atuais flexibilizam garimpo em Unidades de Conservação, afirma presidente do IBRAM

Raul Jungmann atribui extração mineral em áreas preservadas a projetos que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal

Foto: Milca Santos/Ibram

O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) Raul Jungmann apontou algumas justificativas para o aumento de garimpo em reservas brasileiras. Somente entre o período de 2010 a 2020, a atividade em unidades de conservação aumentou 300%.

Entre as propostas que permitem essa exploração, está o projeto de lei nº 957/2024, do deputado Filipe Barros (PL), e que tem como relator o deputado Joaquim Passarinho (PL). Ele modifica o Código Mineral e, segundo o IBRAM, há movimento na Câmara dos Deputados para que tramite em regime de urgência.

Este projeto permite a instituição de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG) de superfície, legalizando a invasão e a ocupação de terras concedidas às mineradoras. Entre os prejuízos que essa medida podem causar, o IBRAM cita a ingovernabilidade dos impactos ambientais, a informalidade da mão de obra e a evasão fiscal.

Outro projeto de lei que flexibiliza a atividade do garimpo está no Senado. É o de nº 2973/2023, de autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos), que passa apenas por uma comissão, o que limita as oportunidades para debates. De teor idêntico ao PL nº 957/2024, tem foco em também permitir a concessão de PLGs em áreas já tituladas.

Jungmann lembra que há milhares de áreas em disponibilidade para serem leiloadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM), portanto, o garimpo não precisa ser autorizado a atuar em áreas já

“Este é um grave ataque à segurança jurídica da mineração brasileira”, declarou o presidente do IBRAM

concedidas para a mineração empresarial. “Este é um grave ataque à segurança jurídica da mineração brasileira”, declara.

Ele acrescenta que há dados públicos comprovando que poucas pessoas concentram grande parte das áreas concedidas para garimpo, ou seja, com permissão de lavra garimpeira; além disso, há grupos econômicos robustos com maquinário pesado e caro atuando como se fossem garimpeiros no território brasileiro. “Estes serão os reais beneficiários dessas propostas sobre garimpo e não o País”, avalia Jungmann.



Raul Jungmann é o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração

Foto: Divulgação/Polícia Federal



Garimpo ilegal no estado do Pará

“Somente entre o período de 2010 a 2020, o garimpo em unidades de conservação aumentou 300%”

CÂMARA DE ITABIRA, CUIDANDO DA NOSSA GENTE.

O trabalho da **Câmara Municipal de Itabira** é transformar tudo o que acontece na sua rua, no seu bairro e na sua comunidade em propostas, leis e ações para assegurar direitos, atender suas necessidades, vencer desafios e solucionar problemas.

Tudo para melhorar a sua vida e a de toda a população!

O que a Câmara faz por você:

- Criação e aprovação de leis
- Fiscalização do trabalho do Executivo
- Aprovação do orçamento municipal
- Realização de audiências públicas
- **E muito mais!**

Acompanhe e participe:

www.itabira.cam.mg.gov.br |   @camaradeitabiraoficial



**Câmara
de Itabira**
LEGISLATIVO INDEPENDENTE
E ATUANTE



BOMBOU NA WEB

www.defatoonline.com.br

Foto: Agência Brasil



A volta do DPVAT: confirma os valores do novo imposto

A partir de 2025, os proprietários de veículos de Brasil voltarão a pagar o seguro obrigatório DPVAT. O retorno do imposto foi aprovado no Senado no dia 8 de maio. Agora, para o tributo voltar a vigorar é necessária a sanção do presidente Lula (PT). Segundo informações de Jaques Wagner (PT-BA), relator da proposta e líder do governo no Senado, o valor do SPVAT ficará entre R\$ 50 e R\$ 60.

Pavimentação da MG-205 vai beneficiar cerca de 350 mil pessoas

A pavimentação dos 13,6 quilômetros da rodovia MG-105, entre Fronteira dos Vales e o entroncamento com a MG-205, sentido Joaíma, já começaram. O investimento é de mais de R\$ 30 milhões por meio do Provias, programa do Governo de Minas Gerais, e as obras deverão ser concluídas até agosto de 2025. As melhorias beneficiam, direta e indiretamente, cerca de 350 mil mineiros do Vale do Jequitinhonha

Foto: Divulgação/DER-MG



Foto: Gunnar Eiríkur Hauksson/Flickr



Irlanda contrata brasileiros para serviços básicos e sem exigência de curso superior

Com uma economia crescente e cultura acolhedora, a Irlanda tem se destacado como ponto de partida para um futuro promissor para brasileiros em busca de emprego no exterior. A demanda por mão de obra qualificada em diversos setores, como saúde e tecnologia, aliada à abertura do governo irlandês para trabalhadores internacionais, torna o país atraente a brasileiros em busca de emprego fora do País.

Santa Luzia só não é pior que a cidade de Moju, no Pará, em qualidade de gestão

A histórica cidade de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi a penúltima colocada em levantamento que mede a qualidade de gestão e endividamento dos municípios brasileiros. O ranking é elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) e, neste tópico, a cidade mineira caiu 150 posições, terminando na posição 409. Somente Moju, no Pará, ficou atrás — ocupando o último lugar no levantamento.

Foto: Heli Lara Lima/Flickr



É tradição, com diversão e chapéu na mão.

- De 27 a 30 de junho
- Aeroporto municipal
- A partir das 20h

Troque seu ingresso por alimentos não perecíveis nos postos credenciados.



RODEIO
ENTRADA
GRATUITA



QUINTA - 27 JUN.

João Gomes
Amado Batista

SEXTA - 28 JUN.

Guilherme & Benuto
Soró Silva

SÁBADO - 29 JUN.

Matheus & Kauan
Forró Rasta Chinela

Domingo - 30 JUN.

Padre Alessandro
Zé Neto & Cristiano

Dia 27 (Abertura): das 19h30 às 21h30.

Dia 28: das 19h30 às 21h30.

Dia 29: das 19h30 às 21h.

Dia 30: Concurso de Marcha, das 10h às 17h.
Rodeio, das 19h30 às 23h.



Conceição
DO MATO DENTRO

PREFEITURA MUNICIPAL • 2021-2024
JUNTOS POR UM NOVO TEMPO